

- XLVII -**O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO DOCENTE NAS
AVALIAÇÕES EXTERNAS: O CASO DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO**

Raíssa de Oliveira Chappaz
(Feusp) – raissa.chappaz@usp.br

Ocimar Munhoz Alavarse
(Feusp) - ocimar@usp.br

INTRODUÇÃO

As avaliações externas, apresentadas como instrumento de melhoria da qualidade da educação, têm atualmente uma presença expressiva nas políticas educacionais brasileiras, com características gerais de uma avaliação educacional, pois constituem um processo de coleta de informações mediante instrumentos e procedimentos adequados às características do objeto avaliado, com o processamento dos dados para a emissão de um julgamento de valor baseado em critérios e referências estabelecidos o mais objetivamente possível e que, adicionalmente, pode ser usado para a tomada de decisões. No entanto, as avaliações externas têm revelado resistências, particularmente, de professores que as justificam por não participarem em sua elaboração.

Neste trabalho, recupera-se iniciativas da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), no período 2005-2012, no sentido de eliminar ou atenuar essas resistências e, assim, apontar para outro modelo de organização de avaliação externa.

DESENVOLVIMENTO

O termo “externa” na expressão “avaliação externa” indica a posição do avaliador – externa – em relação ao local de desenvolvimento do objeto avaliado – a aprendizagem –, considerando, ainda que não exclusivamente, a escola como local privilegiado dessa

aprendizagem. Tal característica realça a dimensão política dessa avaliação, algo que, historicamente, tanto contrasta com uma tradição que é aquela na qual os professores se sobressaem como avaliadores, quanto, por serem as avaliações externas, usualmente, em larga escala, colocando os resultados de uma escola em comparação com os de outras escolas, independentemente das formas e finalidades disso.

Alvarse (2013), em face desse quadro, faz um questionamento político sobre as avaliações externas ao problematizar que, embora ministérios e secretarias de educação assumam o lugar de avaliadores externos, muitas vezes não são eles de fato os agentes dessas avaliações, pois transferem tal incumbência para empresas contratadas sem capacidade técnica sobre esse processo avaliativo. A partir disso, o autor levanta algumas questões: quem controla tais avaliações? Qual é a legitimidade política dessas avaliações? Seria possível o desenvolvimento de uma avaliação externa com envolvimento de professores para dar-lhe maior legitimidade e potencial de integração ao trabalho docente?

Diante disso, Chappaz (2015) pontua que mesmo sendo essas avaliações instituídas e operacionalizadas por um agente externo, ao longo de seu desenvolvimento pode ocorrer o envolvimento de agentes localizados nas escolas, de modo que a “exterioridade” da avaliação pode ser atenuada e, portanto, não ser absoluta. E considerando o lugar das avaliações externas no desenvolvimento de diretrizes, projetos e ações em âmbito da formulação das políticas públicas educacionais e, portanto, potenciais influências sobre o cotidiano escolar e a prática docente, tal envolvimento coloca-se como um aspecto importante para a construção das concepções dos professores e da equipe gestora sobre tais avaliações.

A mencionada resistência docente às avaliações externas pode se acentuar no contexto de políticas educacionais nas quais os resultados dessas avaliações são associados direta, mecânica e exclusivamente com o trabalho docente, desprezando, frequentemente, as condições das quais emergem tais resultados. Para agravar esse processo de responsabilização unilateral, em algumas redes de ensino, essa responsabilização dos profissionais da educação se vincula a mecanismos de bonificação. Pode-se ainda ponderar que tal resistência deve-se à parca participação de professores na elaboração, implementação e discussão dos usos dos resultados das avaliações externas.

Isso, adicionalmente, é incrementado pelo desconhecimento técnico dos professores sobre avaliação educacional que, aliás, não seria apenas em relação às avaliações externas, pois também incidem nas internas. De todo modo, isso indica a necessidade de formação dos professores no que concerne à avaliação educacional, reforçado pela fragilidade na formação docente quanto à temática, evidenciada nas análises dos currículos dos cursos de

licenciaturas brasileiros (GATTI et al., 2010) e em pesquisas realizadas sobre as características da formação docente no Brasil (MENDES, 2006; ZUKOWSKY-TAVARES, 2008), consideração corroborada pelos dados do Questionário do Professor da Prova Brasil 2017, com 81% dos respondentes apontando a necessidade de formação e aperfeiçoamento profissional em metodologias de avaliação dos alunos⁴¹.

Com efeito, no cenário de centralidade das avaliações externas e de resistências às mesmas, chama atenção a constituição da avaliação externa própria pela SME-SP, no período 2005-2012, com características de um processo que buscou envolver sua rede em algumas ações de formulação da Prova São Paulo (PSP) e da Prova da Cidade, componentes Sistema de Avaliação de Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, instituído pela Lei nº 14.063, de 14 de outubro de 2005, alicerçado na constituição de um Núcleo de Avaliação Educacional que era composto por profissionais da rede.

Em relação à PSP, demarca-se o processo de elaboração das Matrizes de Referência, tendo como objetos de avaliação leitura e resolução de problemas, durante o qual foram coletados cadernos de estudantes para verificar os conteúdos que estavam sendo efetivamente ensinados pelos professores, constituindo uma proposta prévia das Matrizes que foi submetida a um grupo de professores, de coordenadores pedagógicos e representantes de todas as coordenadorias técnico-pedagógicas da RME-SP. Foram promovidas oficinas nas quais esses profissionais realizaram uma leitura crítica do documento, sendo a versão resultante enviada à todas as escolas para que fosse discutida e indicada a concordância ou discordância sobre cada uma das habilidades.

Em relação à Prova da Cidade, algumas de suas características evidenciaram um movimento de participação e envolvimento da rede no planejamento, elaboração, correção e interpretação dos resultados, bem como ações de formação que buscavam garantir uma apropriação de conhecimentos específicos sobre a avaliação externa. A SME-SP justificava a existência de mais uma avaliação propondo desenvolver um formato de avaliação externa que tentava fornecer ao professor a proeminência de avaliador no processo, objetivando reaproximá-lo não só da construção, mas da correção dessa avaliação, ainda que Chappaz (2015) tenha destacado limitações nessa participação.

⁴¹ Disponível em: <<https://qedu.org.br/brasil/pessoas/professor>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CONCLUSÕES

Para que os professores sejam os principais usuários das avaliações externas, articulando-as ao trabalho pedagógico, é necessário reconhecê-los como sujeitos do processo avaliativo. Contudo, para que isso se efetive, é fundamental que tenham compreensão sobre os meandros das avaliações – as externas especialmente –, de seus limites e potencialidades, sublinhando a importância da formação nessa área, para fundamentar sua participação em diferentes etapas e como condição para que uma avaliação externa tenha sua exterioridade atenuada ao integrar os docentes como agentes. Tal perspectiva pode, também, ser considerada como requisito para políticas de avaliação mais democráticas.

Ainda que demandando novas investigações e problematizações, a iniciativa paulistana apontou um caminho distinto no quadro das avaliações externas quanto ao engajamento de professores, um desafio das avaliações externas.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135-153, jun. 2013.

CHAPPAZ, R. O. **A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas**: diálogos com o currículo oficial da rede municipal de ensino de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

GATTI, B. A. et al. Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 1, p. 95-138, maio 2010.

MENDES, O. M. **Formação de professores e avaliação educacional**: o que aprendem os estudantes das licenciaturas durante sua formação. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Matrizes de referência para a avaliação do rendimento escolar**. São Paulo: SME, 2007.

ZUKOWSKY-TAVARES, C. **Formação em avaliação**: a formação de docentes no enfrentamento de um processo de avaliação a serviço da aprendizagem. 2008. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.